O PAPEL DOCENTE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: COMPETÊNCIAS, MEDIAÇÕES E DESAFIOS

Joice Marisa Görgen Junqueira
PPGE – Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil
E-mail: junqueirajoice@gmail.com

RESUMO

A expansão da Inteligência Artificial (IA) no campo educacional redefine práticas pedagógicas, modos de mediação e expectativas sobre o papel docente. Mais do que incorporar ferramentas tecnológicas, o desafio contemporâneo exige compreender criticamente suas implicações éticas, formativas e socioculturais. Neste artigo, discute-se o papel do professor na era da IA a partir de um diálogo entre autores que analisam cultura digital, letramentos e inovação pedagógica, como Freire, Kenski, Luckin, Rojo, Lankshear e Knobel, além de documentos internacionais da UNESCO. Adota-se uma abordagem qualitativa, sustentada em revisão narrativa da literatura, com foco na constituição de competências docentes críticas e na mediação ética em ambientes permeados por tecnologias inteligentes. Os resultados apontam que a atuação docente permanece central e insubstituível, ainda que ressignificada pela emergência de sistemas automatizados. Competências digitais críticas, sensibilidade ética, compreensão dos multiletramentos e capacidade de orientar processos de autoria e colaboração são dimensões indispensáveis para uma prática pedagógica emancipatória. Conclui-se que a IA não reduz a importância do professor; ao contrário, amplia sua responsabilidade diante da formação humana, exigindo posturas reflexivas, criativas e comprometidas com a justiça social.

Palavras-chave: docência; inteligência artificial; ética na educação; letramento digital; mediação pedagógica.

INTRODUÇÃO

A presença crescente da Inteligência Artificial (IA) no cotidiano escolar tem provocado transformações profundas nas formas de ensinar, aprender e produzir sentidos no ambiente educacional. Nos últimos anos, ferramentas de automação, sistemas de recomendação, plataformas adaptativas e modelos generativos passaram a integrar o repertório pedagógico, exigindo que docentes e instituições revisem concepções de ensino, práticas avaliativas e modos de mediação. Contudo, a integração da IA não pode ser interpretada como um movimento meramente técnico, pois envolve dimensões éticas, epistemológicas e socioculturais que atravessam o trabalho docente e impactam diretamente a formação dos estudantes. Como afirma Freire (1996), educar implica sempre um compromisso com a humanização, com a crítica e com a autonomia; nesse sentido, qualquer inovação tecnológica

só adquire sentido quando posta a serviço da libertação, e não da reprodução de desigualdades ou da heteronomia.

A cultura digital ampliou as formas de circulação dos saberes, intensificando práticas de autoria, remixagem e colaboração. Nesse cenário, Kenski (2007) destaca que a escola é continuamente convocada a reinventar-se, pois "novos ritmos de informação" reconfiguram o papel docente, exigindo abertura à experimentação e capacidade de ler criticamente os fenômenos digitais. A emergência da IA apenas intensifica tais demandas, uma vez que tecnologias inteligentes podem facilitar processos de aprendizagem, gestão ou comunicação, mas também apresentam riscos relacionados a privacidade, vigilância, vieses e dependência tecnológica. Assim, compreender o papel docente na era da IA implica reconhecer que mediação humana continua central e insubstituível, cabendo ao professor orientar os estudantes na leitura ética e crítica dos ambientes digitais.

Além das transformações culturais, mudanças estruturais decorrentes da sociedade em rede também impactam o trabalho docente. Castells (2009) argumenta que as redes digitais alteram a lógica social, gerando novos fluxos de informação e modelos de interação. Para o autor, estar conectado tornou-se condição para participação plena na vida contemporânea, o que impõe à escola o desafio de preparar sujeitos capazes de agir no mundo digital de forma crítica e responsável. Nesse contexto, o professor assume a função de mediar práticas que articulem tecnologia, linguagem e ética, conduzindo estudantes à compreensão dos processos sociotécnicos que estruturam a vida em rede.

O letramento digital, enquanto prática social e cultural, representa um eixo fundamental para esta discussão. Lankshear e Knobel (2008) defendem que os novos letramentos ampliam a capacidade de participação em comunidades digitais, exigindo habilidades que ultrapassam o domínio técnico de ferramentas. Rojo (2012) reforça que trabalhar com multiletramentos significa abrir espaço para múltiplas linguagens, modos de expressão e perspectivas culturais, ampliando o repertório comunicativo dos sujeitos. Com a presença da IA, tais capacidades tornam-se ainda mais necessárias, pois estudantes e professores precisam compreender como textos, imagens e dados são produzidos, recombinados e interpretados por sistemas automatizados.

Para que a presença da IA seja pedagógica e não apenas instrumental, a atuação docente precisa incorporar competências digitais críticas, sensibilidade ética e capacidade de orientar processos formativos em ambientes mediados por tecnologia. Luckin (2018) argumenta que a IA pode apoiar o trabalho do professor ao oferecer diagnósticos, acompanhar trajetórias de aprendizagem e personalizar atividades. No entanto, pontua que tais potencialidades só têm valor quando integradas a práticas reflexivas guiadas por objetivos humanistas. Assim, a tecnologia não substitui o professor, mas pode ampliar sua capacidade de oferecer experiências significativas, desde que exista clareza sobre seus limites e implicações.

Nesse sentido, organismos internacionais como a UNESCO (2021; 2023) têm alertado para a necessidade de políticas educacionais que orientem o uso responsável e ético da IA, enfatizando que dignidade humana, inclusão e justiça social devem ser princípios centrais no

desenvolvimento de tecnologias educativas. A instituição afirma que professores desempenham papel decisivo na garantia de práticas seguras, críticas e culturalmente sensíveis, razão pela qual a formação docente precisa contemplar debates sobre ética, privacidade, vieses algorítmicos e impactos sociais da automação.

Diante desse panorama, este artigo discute o papel docente na era da Inteligência Artificial, considerando suas competências, mediações e desafios no contexto da cultura digital contemporânea. Analisa-se o modo como a tecnologia transforma, tensiona e amplia as responsabilidades do professor, compreendendo-o como mediador ético e crítico capaz de articular inovação tecnológica e formação humana. Para isso, mobiliza-se uma revisão narrativa da literatura, dialogando com autores que investigam tecnologia educacional, multiletramentos, cultura digital e ética, buscando contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais conscientes e emancipadoras.

1. DOCÊNCIA E CULTURA DIGITAL NO SÉCULO XXI

A docência no século XXI tem sido profundamente impactada pelas transformações tecnológicas, pela crescente circulação de informações e pela emergência de novos modos de produzir, distribuir e interpretar sentidos. A cultura digital, marcada pela hiperconectividade, pela colaboração em rede e pela velocidade das interações, redefine expectativas sobre o papel da escola e, sobretudo, sobre a atuação docente. Kenski (2007) afirma que as tecnologias não apenas potencializam novas formas de ensinar e aprender, mas também produzem alterações estruturais na própria compreensão de tempo, espaço e comunicação. Nesse contexto, o professor deixa de ser compreendido como transmissor de conteúdos e passa a ser reconhecido como mediador de processos, curador de informações e articulador de aprendizagens.

A sociedade em rede, como analisa Castells (2009), introduziu uma lógica social baseada na interconexão constante, na fluidez dos dados e na reorganização das relações de poder segundo o acesso à informação. Para o autor, aquilo que antes dependia de instituições centralizadas agora se distribui em redes múltiplas que alimentam e transformam continuamente os fluxos comunicativos. Assim, a docência se insere em um ambiente que já não é estático, mas dinâmico e condicionado por interações globais. A escola, portanto, precisa preparar sujeitos capazes de compreender criticamente esses fluxos, e o professor torna-se figura essencial nesse processo, atuando como intérprete cultural e guia na construção de sentidos em meio à multiplicidade informacional.

No âmbito da linguagem, a cultura digital implica uma profunda reconfiguração das práticas de leitura e escrita. Lankshear e Knobel (2008) explicam que os novos letramentos surgem justamente da necessidade de interpretar textos multissemióticos, navegar entre diferentes plataformas e participar de comunidades que produzem conhecimento colaborativamente. Rojo (2012), ao tratar de multiletramentos, enfatiza que as práticas sociais contemporâneas requerem a leitura de imagens, vídeos, hipertextos e dados, exigindo uma abordagem pedagógica que considere a diversidade de linguagens e culturas. Isso reforça que

o trabalho docente não pode limitar-se ao domínio do conteúdo disciplinar, mas deve integrar uma visão ampliada das práticas de linguagem e dos modos de participação no mundo digital.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) emerge como tecnologia que amplia as possibilidades de interação, personalização e automação. Sistemas de IA podem analisar trajetórias de aprendizagem, gerar textos, sugerir caminhos pedagógicos e facilitar processos avaliativos. Entretanto, tais potencialidades também trazem riscos e responsabilidades para a docência. Holmes e Tuomi (2022) argumentam que a IA não é neutra: ela incorpora visões de mundo, valores e decisões que podem reforçar desigualdades se utilizadas sem reflexão crítica. Assim, a mediação docente é indispensável para orientar estudantes a compreenderem os limites, os vieses e as implicações socioculturais das tecnologias inteligentes.

Ao mesmo tempo, a presença da IA convoca os professores a desenvolverem competências digitais críticas. Isso significa não apenas saber manipular ferramentas, mas compreender suas lógicas, impactos e limitações. Kenski (2007) observa que a tecnologia exige do docente uma nova postura investigativa, aberta à aprendizagem contínua e à atualização constante. Essa postura se aproxima do pensamento freireano, para quem ensinar implica sempre estar disposto a aprender, a ouvir e a problematizar a realidade. Freire (1996) lembra que a educação é prática de liberdade, e o professor deve atuar como mediador ético que ajuda o estudante a perceber o mundo, interpretá-lo e transformá-lo.

Além disso, a docência precisa incorporar a noção de curadoria digital. Diante da abundância informacional, o professor desempenha papel de orientar, selecionar, contextualizar e validar fontes, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de distinguir informações confiáveis de discursos manipulados ou enviesados. A IA pode auxiliar nesse processo, mas não substitui o olhar humano, especialmente no que se refere à interpretação crítica e à articulação entre conhecimentos. Como pontua Lévy (1999), a função do professor desloca-se cada vez mais da transmissão para o acompanhamento intelectual dos estudantes, incentivando a autonomia e o pensamento criativo.

Outro aspecto fundamental na cultura digital é a ampliação dos espaços e tempos de aprendizagem. As fronteiras entre escola, casa e comunidade tornam-se mais fluidas, e plataformas digitais permitem que estudantes aprendam em ambientes híbridos, síncronos e assíncronos. Moran (2015) destaca que a inovação pedagógica implica flexibilizar o currículo e integrar experiências mediadas por tecnologia, valorizando projetos, investigações e produções autorais. Nesse cenário, o professor precisa desenvolver competências de gestão pedagógica que articulem diferentes ritmos, linguagens e modos de participação.

Por fim, a cultura digital coloca em evidência a necessidade de sensibilidade ética. A mediação docente não se restringe ao uso técnico da tecnologia, mas envolve decisões relacionadas à privacidade, segurança, inclusão e justiça social. A UNESCO (2021; 2023) reforça que professores são agentes centrais na construção de ambientes digitais seguros e humanizados, capazes de promover autonomia, bem-estar e equidade. Assim, a docência no século XXI exige compreender profundamente as tecnologias e, ao mesmo tempo, reafirmar valores humanistas que preservem a dignidade humana e promovam a cidadania crítica.

1.1. Competências Docentes na Era da Inteligência Artificial

A atuação docente na era da Inteligência Artificial demanda um conjunto ampliado de competências que vão além do domínio técnico de ferramentas digitais. As transformações introduzidas pela cultura digital e pelos sistemas inteligentes exigem novas formas de compreender o ensino, novas práticas de mediação e novas responsabilidades éticas. Competências docentes, nesse contexto, devem ser entendidas como um conjunto integrado de saberes, habilidades, atitudes e valores que orientam a prática pedagógica em ambientes complexos, híbridos e interconectados. A profissão docente passa a requerer uma formação contínua, reflexiva e crítica, capaz de acompanhar as dinâmicas aceleradas da tecnologia sem perder de vista a centralidade da dimensão humana.

O primeiro eixo de competências refere-se à capacidade de leitura crítica da cultura digital. Lankshear e Knobel (2008) explicam que os novos letramentos não dizem respeito apenas à apropriação de ferramentas, mas às mudanças ontológicas nas práticas sociais, nos modos de produção de sentido e nas relações entre sujeitos. Assim, o professor precisa compreender que a IA altera formas de representar o mundo, de construir conhecimento e de interagir socialmente. Rojo (2012) complementa que a leitura de textos multissemióticos — hipertextos, imagens, vídeos, dados, simuladores — deve fazer parte da formação docente, pois constitui elemento indispensável para orientar estudantes a navegar criticamente em ambientes híbridos.

Um segundo eixo fundamental envolve as competências técnicas e operacionais, que embora não sejam suficientes por si só, são necessárias para que o professor possa integrar a IA de forma intencional e pedagógica. Kenski (2007) argumenta que o domínio dos recursos tecnológicos, articulado a objetivos de aprendizagem, é condição para que a tecnologia deixe de ser acessório e se torne elemento constitutivo da prática pedagógica. Entretanto, dominar a ferramenta não significa submeter-se a ela; pelo contrário, implica conhecê-la suficientemente para tomar decisões éticas e pedagógicas responsáveis. Nesse sentido, a formação docente deve incluir compreensão básica dos funcionamentos da IA, dos limites dos sistemas, dos possíveis vieses e das implicações de seu uso em sala de aula.

O terceiro eixo corresponde às competências éticas e emocionais. A presença da IA na educação intensifica questões relacionadas à privacidade, à vigilância, ao uso de dados estudantis e à integridade acadêmica. A UNESCO (2021) afirma que a IA deve ser guiada por valores de dignidade humana, justiça e inclusão, destacando que professores desempenham papel central na garantia de práticas seguras e equitativas. Isso exige sensibilidade ética para avaliar quando, como e por quê utilizar determinada ferramenta. A mediação ética envolve também o cuidado com o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo ambientes de aprendizagem inclusivos e afetivos.

Nesse aspecto, o pensamento freireano oferece contribuições importantes. Freire (1996) defende que a prática docente deve ser carregada de compromisso ético e político, orientada por um profundo respeito ao outro e por uma postura dialógica que valorize a escuta e a autonomia. Inserida na cultura digital, essa perspectiva ganha novo sentido: não basta saber

usar ferramentas; é necessário questionar como a tecnologia contribui para a humanização ou desumanização das relações pedagógicas. Assim, competências éticas na era da IA incluem a capacidade de promover a autonomia dos estudantes, estimular a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia e evitar práticas que reforcem dependência ou passividade.

Um quarto eixo de competências refere-se à curadoria digital e à gestão da informação. A explosão de dados e conteúdos disponíveis exige que o professor saiba selecionar, validar, contextualizar e organizar informações. Lévy (1999) já antecipava que, em um ambiente marcado pela hiperabundância de informações, o papel do professor desloca-se da transmissão para a orientação intelectual. Moran (2015) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a inovação pedagógica exige planejamento flexível, integrando diferentes linguagens e plataformas, e desafiando os estudantes a produzir conhecimentos de forma ativa e colaborativa. Dessa forma, a IA pode ser vista como aliada, oferecendo análises, sugestões e oportunidades, mas nunca substituindo o discernimento docente.

Um quinto eixo envolve competências relacionadas às metodologias ativas e aos processos de personalização. Luckin (2018) argumenta que a IA pode ampliar o alcance da prática docente ao oferecer dados sobre o desempenho dos estudantes, identificar dificuldades e propor caminhos personalizados. No entanto, reforça que essas ferramentas não têm valor em si mesmas: elas precisam ser integradas a projetos pedagógicos que valorizem o protagonismo discente, o pensamento crítico e a aprendizagem colaborativa. O professor deve ser capaz de interpretar dados gerados pela IA, compreender suas limitações e utilizá-los como subsídio — e não como prescrição — para orientar suas decisões pedagógicas.

Outro componente essencial é a capacidade de promover autoria digital. A IA generativa introduz novas possibilidades de criação, mas também traz desafios para a integridade acadêmica e para a autenticidade das produções. Assim, professores devem fomentar práticas de produção autoral que integrem reflexão, criatividade e posicionamento crítico. A mediação docente passa a incluir o ensino de como dialogar com ferramentas de IA sem perder a autoria, como registrar processos, como justificar escolhas e como avaliar criticamente os outputs gerados por sistemas automáticos.

Por fim, um sexto eixo refere-se às competências de colaboração e trabalho em rede. A IA potencializa interações globais, trocas entre pares, construção coletiva do conhecimento e criação de comunidades virtuais de aprendizagem. Castells (2009) observa que a lógica das redes redefine os modos de organização social, exigindo sujeitos capazes de atuar em ambientes colaborativos. Portanto, professores precisam desenvolver habilidades de comunicação digital, gestão de comunidades online e coordenação de projetos colaborativos, articulando diálogo, reciprocidade e responsabilidade compartilhada.

Dessa forma, as competências docentes na era da IA constituem um conjunto multidimensional de saberes que combinam técnica, ética, crítica e sensibilidade pedagógica. Reconhecer essa complexidade é fundamental para compreender que o professor não perde relevância com a chegada da IA; ao contrário, sua atuação torna-se ainda mais central para

garantir que a educação continue comprometida com a autonomia, a justiça social e a humanização dos processos formativos.

1.2• Mediação Pedagógica e Inteligência Artificial

A mediação pedagógica constitui um dos elementos centrais da prática docente e, na era da Inteligência Artificial (IA), adquire novas dimensões, significados e responsabilidades. Se anteriormente o professor era reconhecido predominantemente como transmissor de conteúdos, hoje ele é compreendido como mediador de processos cognitivos, afetivos, culturais e tecnológicos. A mediação, nesse contexto, envolve interpretar o mundo digital, orientar leituras críticas, favorecer produções autorais e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma consciente, ética e emancipadora. A IA não substitui esse papel; pelo contrário, torna-o ainda mais necessário, pois a presença de sistemas inteligentes complexifica a experiência educativa e amplia a necessidade de acompanhamento humano qualificado.

Paulo Freire (1996) lembra que ensinar é um ato profundamente humano, carregado de diálogo, escuta e compromisso com a formação crítica dos sujeitos. A mediação pedagógica, inspirada nessa perspectiva, não pode ser reduzida a um conjunto de procedimentos ou técnicas; trata-se de um processo relacional em que o professor cria condições para que o estudante interrogue o mundo, produza sentido e se torne agente de sua própria aprendizagem. A introdução da IA nas práticas pedagógicas, portanto, precisa ser analisada sob essa chave freireana: ela só tem valor quando contribui para ampliar a consciência crítica, e nunca quando reforça dependência ou passividade.

Nesse sentido, a IA pode assumir funções complementares ao trabalho docente. Luckin (2018) aponta que a IA educacional possui potencial para auxiliar na personalização da aprendizagem, no diagnóstico de dificuldades e na oferta de feedback imediato, elementos que podem enriquecer a mediação pedagógica. Porém, a autora enfatiza que tais recursos não substituem o julgamento profissional do professor, que é insubstituível no que diz respeito à compreensão das singularidades, contextos e relações humanas. A IA produz dados; o professor produz sentidos. A IA identifica padrões; o professor interpreta, problematiza e contextualiza.

Essa diferença é fundamental para compreender as responsabilidades do docente diante da IA. A mediação não consiste apenas em utilizar a tecnologia de forma instrumental, mas em criar pontes entre o estudante e o conhecimento, orientando-o a compreender como os sistemas inteligentes operam, de onde vêm seus dados, quais valores carregam e quais riscos apresentam. Holmes e Tuomi (2022) alertam que a IA não é neutra: ela incorpora decisões humanas, estruturas sociais e perspectivas que podem reforçar desigualdades, invisibilizar grupos ou reproduzir vieses. Assim, cabe ao professor mediar o uso da IA com sensibilidade ética, garantindo que ela não se torne instrumento de exclusão, vigilância ou discriminação.

A mediação também exige atenção às práticas de linguagem e produção de texto. Com a popularização de modelos generativos, torna-se necessário ensinar estudantes a diferenciar

produção autoral de geração automática, compreender limites, potenciais e critérios de avaliação. Rojo (2012) destaca que os multiletramentos ampliam as possibilidades de expressão e participação, desde que acompanhados de reflexão crítica sobre as linguagens e ferramentas empregadas. Assim, o professor precisa desenvolver estratégias de mediação que valorizem processos de escrita, justificativa, reescrita e argumentação, ajudando o estudante a usar a IA como apoio, e não como substituto.

Nesse sentido, a curadoria docente assume papel estratégico. Kenski (2007) explica que o professor contemporâneo deve atuar como curador, filtrando informações, selecionando conteúdos relevantes, contextualizando dados e oferecendo critérios para que os estudantes desenvolvam autonomia informacional. Com a presença da IA, essa função torna-se ainda mais complexa, pois sistemas automatizados podem produzir respostas persuasivas, porém imprecisas, enviesadas ou inadequadas ao contexto. A mediação crítica exige ensinar estudantes a questionar, validar e analisar outputs da IA, desenvolvendo competências de verificação, triangulação e síntese.

Outro aspecto da mediação pedagógica consiste na criação de ambientes colaborativos de aprendizagem. A cultura digital favorece práticas de coautoria, compartilhamento e participação em rede. Castells (2009) destaca que vivemos em uma sociedade estruturada por fluxos, em que conexão e colaboração são elementos-chave da produção social. Nesse cenário, o professor precisa articular metodologias que estimulem cooperação, investigação e construção coletiva do conhecimento, utilizando a IA como recurso para ampliar possibilidades de interação — e não para individualizar excessivamente a aprendizagem ou isolar os estudantes em trajetórias automatizadas.

A mediação docente também envolve a dimensão afetiva e relacional. A presença da IA pode gerar ansiedade, insegurança, desinformação ou resistência, tanto para estudantes quanto para professores. Assim, o docente precisa promover espaços de diálogo seguros, em que dúvidas possam ser debatidas, receios sejam acolhidos e expectativas sejam negociadas. Freire (1996) reforça que ensinar exige coragem, humildade e respeito ao outro; esses princípios permanecem essenciais quando se trata de mediar processos mediados por tecnologia.

Por fim, a mediação pedagógica na era da IA exige visão ética, crítica e humanista. A UNESCO (2023) afirma que professores são agentes fundamentais para a construção de ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e orientados por valores humanos. Isso implica mediar o uso da IA de modo a evitar práticas de vigilância excessiva, preservar a privacidade dos estudantes, promover inclusão digital e fomentar equidade. A mediação ética também envolve discutir com os estudantes o papel da tecnologia na sociedade, iluminando questões de cidadania digital, responsabilidade social e justiça algorítmica.

Em síntese, a mediação pedagógica na era da Inteligência Artificial é um processo complexo que articula técnica, ética, linguagem, afetividade e cultura. Longe de reduzir a importância do professor, a IA expande sua função social, exigindo competências mais amplas, postura dialógica e compromisso com a formação crítica dos sujeitos. Cabe ao docente,

portanto, transformar a tecnologia em oportunidade, garantindo que ela sirva à emancipação e ao desenvolvimento humano — e nunca ao contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o papel docente na era da Inteligência Artificial (IA) não apenas se mantém central, como se torna ainda mais decisivo diante das transformações culturais, sociotécnicas e educativas do século XXI. Longe de substituir o professor, a IA amplia as demandas sobre sua atuação, exigindo competências críticas, éticas, linguísticas, tecnológicas e relacionais que permitam orientar estudantes em um mundo hiperconectado, complexo e marcado por fluxos contínuos de informação. A docência, portanto, permanece como prática social indispensável para garantir que a tecnologia seja incorporada à educação de forma consciente, humanizada e emancipadora.

O avanço da cultura digital reconfigura as práticas de leitura, escrita, autoria e participação. Nesse cenário, o professor assume o papel de mediador entre estudantes, conhecimento e tecnologias, exercendo função curatorial e interpretativa. Autores como Lankshear e Knobel (2008) e Rojo (2012) destacam que os novos letramentos e os multiletramentos exigem habilidades de análise crítica, criatividade e participação em comunidades digitais. Com a presença da IA, essas capacidades tornam-se ainda mais relevantes, pois estudantes precisam compreender como textos, imagens e dados são produzidos e reorganizados por sistemas automatizados.

A dimensão ética revela-se um eixo fundamental para a docência contemporânea. A UNESCO (2021; 2023) reforça que a IA deve estar a serviço da dignidade humana, da inclusão e da justiça social. Assim, a atuação docente precisa assegurar que a tecnologia seja empregada com responsabilidade, evitando vieses, discriminações, usos inadequados e práticas de vigilância que possam comprometer direitos fundamentais. Competências éticas incluem a capacidade de discutir criticamente com os estudantes as implicações socioculturais da IA e promover reflexões sobre cidadania digital, privacidade e responsabilidade coletiva.

Ao considerar a personalização da aprendizagem e as possibilidades diagnósticas da IA, torna-se evidente que a tecnologia pode enriquecer as práticas pedagógicas. No entanto, como destaca Luckin (2018), essa personalização só tem valor quando articulada ao acompanhamento humano e ao diálogo pedagógico. A IA oferece dados; o professor produz significados. A IA identifica padrões; o professor compreende histórias, emoções e contextos. Assim, a mediação humana permanece insubstituível, especialmente quando se trata de promover autonomia, criatividade, afetividade e pensamento crítico.

Sob uma perspectiva freireana, a docência é prática da liberdade. Freire (1996) lembra que ensinar implica formar sujeitos capazes de ler e transformar o mundo. Na era da IA, essa leitura exige novas lentes, que considerem tanto as potencialidades quanto as limitações da tecnologia. O professor é chamado a criar situações pedagógicas que fomentem

questionamento, argumentação, autoria e consciência crítica, impedindo que a tecnologia se torne instrumento de dependência, reprodução acrítica ou silenciamento.

Conclui-se que a docência na era da Inteligência Artificial exige formação contínua, postura investigativa e abertura ao novo, sem abandonar princípios humanistas que sustentam a educação. O professor do século XXI precisa articular técnica e ética, inovação e sensibilidade, criticidade e acolhimento. Sua função social permanece a de mediar caminhos, ampliar horizontes e formar sujeitos capazes de participar, criar e transformar o mundo digital e social em que vivem. A tecnologia pode ser aliada, mas somente a ação docente consciente e crítica garantirá que a IA esteja a serviço da aprendizagem significativa, da justiça social e da humanização da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELUCI, Alan Cesar Belo; REDIGOLO, Gabriela Leal; SILVA, Paulo Sergio Felix da; ARAKAKI, Patrícia Jaqueline. Design Science Research como método para pesquisas em TDIC na Educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (CBIE), 9., 2020, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle. Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOLMES, Wayne; TUOMI, Ilkka. Artificial Intelligence and Education: critical perspectives and practices. London: Routledge, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. Digital literacies: concepts, policies and practices. New York: Peter Lang, 2008.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCKIN, Rose. Enhancing learning and teaching with technology: what the research says. London: UCL Institute of Education Press, 2018.

MARCOM, Jacinta Lúcia Rizzi; PORTO, Ana Paula Teixeira. O uso da inteligência artificial na educação com ênfase à formação docente. Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen, v. 24, n. 3, p. 229-246, set./dez. 2023.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 4. ed. Campinas: Papirus, 2004.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2013.

UNESCO. Beijing Consensus on Artificial Intelligence and Education. Paris: UNESCO, 2019.

UNESCO. Recommendation on the ethics of artificial intelligence. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. Guidance for generative AI in education and research. Paris: UNESCO, 2023.

UNICEF. AI and Children: Opportunities and Risks. New York: UNICEF, 2021.

OCDE. OECD Principles on Artificial Intelligence. Paris: OECD, 2019.